

◆1-Política Econômica

A evolução dos Investimentos Externos Diretos em 2001

O déficit em transações correntes foi de US\$ 13,3 bilhões (5,05% do PIB) no primeiro semestre de 2001, acima dos US\$ 11,2 bilhões (3,84% do PIB) registrados em igual período de 2000. Ainda que no acumulado em 12 meses os IED tenham superado o déficit em transações correntes em cerca de US\$ 2,4 bilhões (0,43% do PIB), há um claro movimento de queda dos fluxos. O déficit em transações correntes acumulado no ano até junho de 2001 ficou acima dos fluxos de investimento externo direto (IED) que atingiram US\$ 9,9 bilhões no período, ao contrário do que tinha ocorrido em 2000. No acumulado em 12 meses até junho, o déficit em transações correntes foi de US\$ 26,8 bilhões, o que correspondeu a 4,71% do PIB – ver Gráfico 1.1. No período, os fluxos de IED atingiram US\$ 29,3 bilhões.

Quanto à estrutura dos fluxos de IED, os dados referentes ao primeiro semestre de 2001 confirmam a tendência – que se consolidou ao longo dos anos 1990 – de forte direcionamento para o setor de serviços. No período de janeiro a junho de 2001 aquele setor recebeu cerca de 70% do montante de IED registrado no período, ante uma participação de 25% da indústria – ver Tabela 1.1. Os EUA foram os principais investidores no primeiro semestre de 2001 – ver Tabela 1.2.

Para o ano de 2001, o Banco Central está projetando um montante de fluxos de IED de US\$ 20 bilhões, significativamente abaixo do registrado em 2000. Mas qual seria o motivo desta desaceleração dos fluxos de IED para o Brasil? É claro que como qualquer outra forma de investimento, os IED também tendem a ser afetados de forma negativa por uma deterioração das expectativas quanto à evolução da economia. Em relação ao ambiente externo, os impactos da desaceleração do crescimento da economia mundial – com destaque para a falta de sinais claros de recuperação da economia dos EUA –, a crise argentina – via a possibilidade contágio – e o “problema energético” – no que diz respeito ao ambiente interno – compõem um conjunto de fatores que contribuem para o aumento do grau de incerteza quanto à evolução futura da economia brasileira. Ainda que se considere que os investidores externos diretos estejam mais preocupados com o panorama a médio e longo prazo, não se pode desconsiderar totalmente a influência negativa daqueles problemas citados anteriormente, mesmo que sejam essencialmente conjunturais. Mas o que devemos nos perguntar é: caso não existissem estes fatores negativos, o montante de investimentos externos diretos manter-se-ia no mesmo patamar do observado nos últimos anos? Possivelmente, não. Isto porque seria difícil a manutenção de recordes anuais de IED como os que ocorreram em 1999 e 2000, por exemplo, de forma ininterrupta no tempo. Isto porque, mesmo se considerando o potencial de crescimento da economia brasileira, tendo em vista, principalmente, o seu amplo mercado doméstico e a consolidação da estabilização macroeconômica, seria natural que houvesse uma tendência de desaceleração dos flu-

GRÁFICO 1.1
INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO E DÉFICIT EM CONTA CORRENTE ACUMULADO EM 12 MESES - US\$ BILHÕES

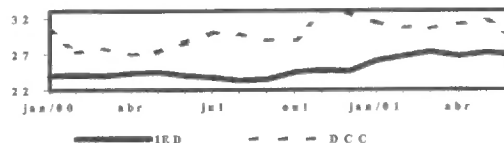


TABELA 1.1
INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO PARTICIPAÇÃO SETORIAL (%)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001(1)
Agropecuária e extrativa mineral	1	3	1	2	2	4
Indústria	23	13	12	25	17	25
Alimentos e bebidas	2	2	1	5	3	2
Produtos químicos	3	2	2	5	4	9
Artigos de borracha e plástico	0	1	1	1	0	1
Produtos Minerais não metálicos	3	1	0	1	0	1
Meturgia básica	0	0	1	0	1	0
Máq. p. escrit. e equip. p. informat.	0	0	0	2	0	0
Máq. apar. e materiais elétricos	0	1	0	1	0	1
Máq. e equipamentos	2	1	1	0	2	2
Veículos autom. e carrocerias	4	1	5	7	3	5
Outras	7	3	2	4	3	4
Serviços	76	84	88	73	81	71
Eletricidade, gás e água quente	21	23	9	11	10	9
Comércio atacado e interm.com.	3	5	5	6	3	3
Comércio varejo e rep. de objetos	5	1	5	4	2	2
Correio e telecomunicações	8	5	11	28	37	24
Intermediação financeira	5	10	25	8	21	16
Serviços prestados a empresas	26	35	27	12	3	4
Outros	7	5	5	4	5	13
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Banco Central.

Nota: (1) Para 2001, participação referente aos valores acumulados de janeiro a junho.

TABELA 1.2
INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO DISTRIBUIÇÃO POR PAÍSES (%)

Países	1996	1997	1998	1999	2000	2001(1)
Estados Unidos	26	29	20	29	18	24
Alemanha	3	1	2	2	1	3
França	13	8	8	7	6	7
Reino Unido	1	1	1	5	1	1
Países Baixos	7	10	14	7	8	10
Ilhas Cayman	9	22	8	8	7	8
Espanha	8	4	22	21	32	21
Portugal	3	4	8	9	8	4
Outros	32	21	18	13	18	23
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Banco Central.

Nota: (1) Para 2001, participação referente aos valores acumulados de janeiro a junho.

xos como reflexo do progressivo esgotamento das novas oportunidades de investimento. Ou seja, o importante a ressaltar é que qualquer país do mundo não deve tornar-se excessivamente dependente de fluxos de recursos externos, ainda que sob a forma de IED, para financiar as suas contas externas. Mesmo que não haja “crises”, não há nada que garanta que os IED continuarão entrando no montante necessário para o financiamento das contas externas. Além disso, no caso do Brasil, os problemas ligados à tendência de concentração dos IED em setores de bens não comercializáveis e as remessas de lucros e dividendos, ratificam a ideia de que a longo prazo o alívio da restrição externa ao crescimento passa necessariamente por uma expansão sustentada e contínua das nossas exportações.

ÍNDICE

- ◆2 - Nível de Atividade: Desaceleração do crescimento.....2
- ◆3 - Inflação: A evolução dos preços em julho.....3
- ◆4 - Finanças Públicas: As NFSP no primeiro semestre de 20014
- ◆5 - Mercado Financeiro: Taxa Over/Selic volta a subir..... 5
- ◆6 - Setor Externo: A balança comercial registra superávit6
- ◆7 - Operações do BNDES e da FINAME.....7
- ◆8 - Anexo Estatístico.....9

◆2 - Nível de Atividade

Desaceleração do crescimento

Os últimos dados disponíveis confirmam a desaceleração do crescimento do nível de atividade.

Segundo o IBGE, a produção física industrial apresentou uma redução de 1,5% (taxa dessazonalizada) em maio, ante abril - ver Gráfico 2.1. Em relação a maio de 2000, houve um crescimento de 4,2% - no mês de abril, o crescimento contra igual mês do ano anterior havia sido de 6,1%. No ano, o indicador acumulou uma variação positiva de 6,2%, ante o período janeiro/maio de 2000.

Conforme a FIESP, o INA apresentou uma redução dessazonalizada de 1,7% em maio, contra abril. Na comparação com igual mês do ano anterior, houve um crescimento de 1,9% - ante a expansão de 6,4% em abril de 2001, contra igual mês de 2000. No ano, o crescimento acumulado até maio foi de 6,0%, ante igual período de 2000.

Os dados da CNI destoam, em certa medida, dos citados anteriormente. Segundo a CNI, as vendas reais da indústria apresentaram uma expansão dessazonalizada de 3,8% em maio, contra abril. Em comparação a maio de 2000, houve um crescimento de 17,5%. No ano, o indicador acumulou um crescimento de 15,3%, em relação a janeiro/maio de 2000. O nível de utilização da capacidade foi de 82% em maio, ante os 81% registrados em igual mês do ano anterior.

Na análise da indústria por categorias de uso do IBGE, continuam destacando-se os desempenhos da produção física industrial de bens de capital e de bens de consumo duráveis, com crescimento de 15,6% e 13,1%, respectivamente, em maio, contra igual mês de 2000 - ver Gráfico 2.2. Estas categorias de uso acumularam no ano até maio taxas de crescimento de 19,1% e 14,3%, respectivamente, ante um crescimento acumulado de 6,2% registrado pela média da indústria.

As vendas no varejo

Os resultados do comércio varejista também confirmam a tendência de desaceleração. Segunda a Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE, houve uma redução de 2,34% do volume de vendas em maio, ante igual mês do ano anterior.

Em maio, o destaque de queda ficou com o item "demais artigos de uso pessoal e doméstico", que apresentou uma redução de 10,4% de seu volume de vendas, em relação ao mesmo mês do ano anterior.

No ano, o volume de vendas nacionais acumula uma queda de 0,96%, contra o período de janeiro/maio de 2000.

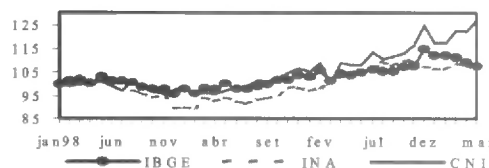
A produção de autoveículos

Segundo a Anfavea houve um crescimento da produção de autoveículos de 21,2% no acumulado janeiro/junho de 2001, em comparação a igual período de 2000 - ver Gráfico 2.3.

A taxa de desemprego em junho

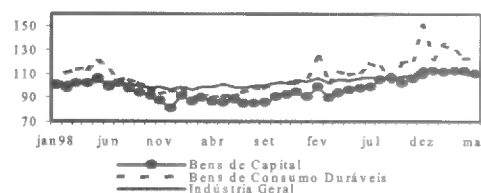
Em junho, a taxa de desemprego aberto do IBGE foi de 6,4%, contra os 7,4% de igual mês de 2000 - ver Gráfico 2.4. Desde junho de 2000, a taxa de desemprego vem apresentando mensalmente valores inferiores aos registrados em igual mês do ano anterior. A taxa média de desemprego foi de 6,3% no primeiro semestre de 2001, inferior aos 7,8% de igual período do ano anterior.

GRÁFICO 2.1
INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE
COM AJUSTE SAZONAL - JAN98=100



Fonte: IBGE.

GRÁFICO 2.2
PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL IBGE
COM AJUSTE SAZONAL - JAN98=100



Fonte: IBGE.

GRÁFICO 2.3
PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS - ANFAVEA
(EM MIL UNIDADES)

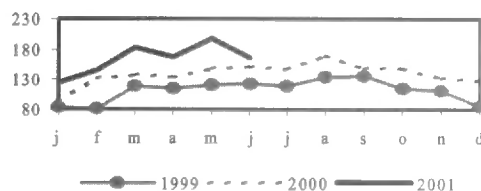
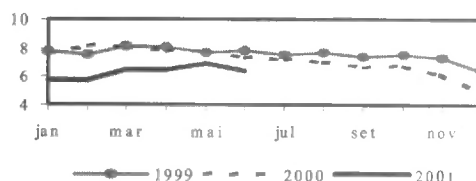


GRÁFICO 2.4
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO - IBGE (%)



◆3 - Inflação

Núcleo da inflação prossegue em alta

O IPCA e o IGP-DI registraram taxas de inflação de 0,52% e 1,46%, respectivamente em junho ante os 0,41% e 0,44% registrados no mês anterior – Ver Tabela 3.1. O IPC-FIPE apresentou uma inflação de 0,85% no mês de junho. A inflação média – calculada a partir dos três índices citados anteriormente – ficou em 0,94% em junho, ante o 0,34% registrado em maio. A inflação média acumulada em 12 meses subiu de 7,82% em maio para 8,35% em junho – ver Gráfico 3.1.

O núcleo da inflação, por sua vez, apresentou uma taxa de variação acumulada em 12 meses até junho de 5,38%, acima dos 4,96% registrados no acumulado em 12 meses até maio – ver Tabela e Gráfico 3.2.

A evolução dos preços em julho

O Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela FIPE, registrou, na terceira quadrisssemana de julho, uma inflação de 0,88%, frente a inflação de 0,85% registrada em todo o mês anterior. A principal pressão sobre o índice veio do reajuste dos preços administrados – com impacto no item habitação – que apenas na terceira quadrisssemana contribuiu com 0,50 ponto percentual para a variação total registrada. O item transportes registrou uma variação de 1,21%, ainda refletindo o aumento da tarifa de ônibus e já captando os primeiros efeitos do reajuste da gasolina. Vale ressaltar também o comportamento do item alimentação que apresentou uma variação de

0,69% na terceira quadrisssemana, ante uma variação de 0,41% na quadrisssemana anterior, e uma deflação de 0,17% no mês de junho. As despesas pessoais, a saúde e o vestuário, por sua vez, registraram inflação de 0,80%, 0,16% e 0,45%, respectivamente.

Para o fechamento do mês de julho, a FIPE projeta uma inflação de cerca de 1,0%.

O IGP-M

Em julho, o IGP-M, registrou uma taxa de variação de 1,48%, acima do 0,98% de junho. No ano até julho, o IGP-M acumulou uma variação de 5,88%. Em 12 meses até julho, a inflação acumulada medida pelo IGP-M foi de 11,09%.

O IPA-M, o IPC-M e o INCC-M registraram, em julho, respectivamente, taxas de inflação de 1,73%, 1,10% e 1,07%.

GRÁFICO 3.1
INFLAÇÃO
TAXA ACUMULADA EM 12 MESES (%)

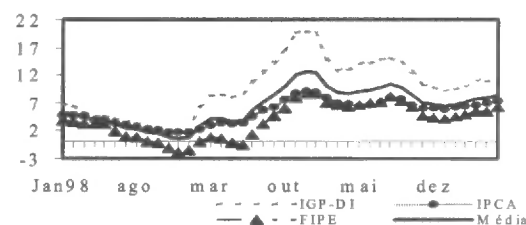


GRÁFICO 3.2
NÚCLEO DE INFLAÇÃO (%)
TAXA ACUMULADA EM 12 MESES

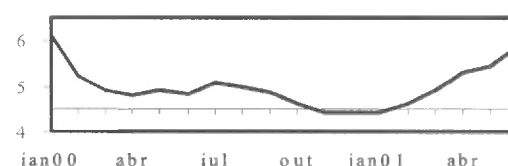


TABELA 3.1
INFLAÇÃO MENSAL (%)

Mês	Índices de preços			
	IGP-DI	IPCA	FIPE	Média
jan99	1,15	0,70	0,50	0,78
fev	4,44	1,05	1,41	2,30
mar	1,98	1,10	0,56	1,21
abr	0,03	0,56	0,47	0,35
mai	-0,34	0,30	-0,37	-0,14
jun	1,02	0,19	-0,08	0,38
jul	1,59	1,09	1,09	1,26
ago	1,45	0,56	0,74	0,92
set	1,47	0,31	0,91	0,90
out	1,89	1,19	1,13	1,40
nov	2,53	0,95	1,48	1,65
dez	1,23	0,60	0,49	0,77
jan00	1,02	0,62	0,57	0,74
fev	0,19	0,13	-0,23	0,03
mar	0,18	0,22	0,23	0,21
abr	0,13	0,42	0,09	0,21
mai	0,67	0,01	0,03	0,24
jun	0,93	0,23	0,18	0,45
jul	2,26	1,61	1,40	1,76
ago	1,82	1,31	1,55	1,56
set	0,69	0,23	0,27	0,40
out	0,37	0,14	0,01	0,17
nov	0,39	0,32	-0,05	0,22
dez	0,76	0,59	0,26	0,54
jan01	0,49	0,57	0,38	0,48
fev	0,34	0,46	0,11	0,30
mar	0,80	0,38	0,51	0,56
abr	1,13	0,58	0,61	0,77
mai	0,44	0,41	0,17	0,34
jun	1,46	0,52	0,85	0,94

TABELA 3.2
NÚCLEO DE INFLAÇÃO (%)

	IPC/FGV		Core	
	Mês	12 meses	Mês	12 meses
jan00	1,01	9,52	0,45	5,62
fev	0,05	8,04	0,17	4,73
mar	0,51	7,57	0,24	4,42
abr	0,25	7,28	0,26	4,31
mai	0,40	7,63	0,39	4,44
jun	-0,01	6,92	0,16	4,33
jul	1,91	7,67	0,74	4,60
ago	0,86	8,08	0,27	4,49
set	0,04	7,92	0,13	4,39
out	0,02	6,95	0,21	4,12
nov	0,40	6,19	0,35	3,94
dez	0,62	6,21	0,50	3,94
jan01	0,64	5,82	0,44	3,93
fev	0,40	6,19	0,36	4,12
mar	0,56	6,25	0,53	4,43
abr	0,86	6,89	0,64	4,82
mai	0,41	6,90	0,52	4,96
jun	0,52	7,47	0,56	5,38

◆4 - Finanças Públicas

As NFSP no primeiro semestre de 2001

O déficit público nominal foi de 4,95% do PIB no acumulado janeiro-junho de 2001, ante os 3,14% do PIB de igual período de 2000, e os 4,48% do PIB em todo o ano de 2000 – ver Tabela 4.1.

O total de despesas com o pagamento dos juros nominais sobre a dívida pública atingiu 10,17% do PIB no período, contra os 7,73% do PIB de janeiro-junho de 2000, e os 8,02% do PIB em 2000.

Em relação ao resultado primário, houve um superávit de 5,22% do PIB no período, ante um superávit de 4,59% do PIB em janeiro/junho de 2000, e os 3,54% do PIB em 2000 como um todo.

A evolução das receitas federais

Segundo a Secretaria da Receita Federal (SRF), a arrecadação apresentou uma expansão real de 4,5% em junho de 2001, ante o mesmo mês de 2000 – ver Tabela 4.2. No acumulado janeiro/junho, a arrecadação registrou um crescimento real de 2,6%, ante igual período de 2000.

Títulos Públicos Federais

A participação dos títulos indexados ao câmbio no total de títulos públicos federais permaneceu relativamente estável em junho, atingindo 26,4%, contra os 26,5% registrados em maio – ver Tabela 4.3. Os títulos indexados à taxa over/SELIC continua-

TABELA 4.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)(1) - em % do PIB

	2000		2001
	jan-jun	ano	jan-jun
Nominal	3,14	4,48	4,95
Governo Central	1,60	2,28	3,31
Governo Federal	2,21	2,28	0,66
Banco Central	-0,22	0,84	2,98
Empresas Estatais Federais	-0,39	-0,84	-0,34
Governos Regionais	1,53	2,19	1,65
Governos Estaduais	1,29	1,82	1,52
Governos Municipais	0,19	0,27	-0,04
Empresas Estatais Estaduais	0,05	0,09	0,17
Empresas Estatais Municipais	0,00	0,01	0,00
Juros Nominais	7,73	8,02	10,17
Governo Central	5,09	5,12	6,99
Governo Federal	5,27	4,24	4,05
Banco Central	-0,26	0,79	2,93
Empresas Estatais Federais	0,08	0,08	0,00
Governos Regionais	2,64	2,90	3,19
Governos Estaduais	2,02	2,25	2,29
Governos Municipais	0,39	0,41	0,33
Empresas Estatais Estaduais	0,21	0,23	0,55
Empresas Estatais Municipais	0,02	0,02	0,01
Primário	-4,59	-3,54	-5,22
Governo Central	-3,48	-2,83	-3,68
Governo Federal	-3,77	-2,87	-4,13
Banco Central	0,04	0,04	0,05
INSS	0,71	0,92	0,74
Empresas Estatais Federais	-0,46	-0,92	-0,34
Governos Regionais	-1,11	-0,71	-1,54
Governos Estaduais	-0,73	-0,43	-0,76
Governos Municipais	-0,20	-0,14	-0,38
Empresas Estatais Estaduais	-0,16	-0,14	-0,39
Empresas Estatais Municipais	-0,02	0,00	-0,01

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1) (-) = superávit

ram apresentando a maior participação, que foi de 50,8% do total em junho de 2001. Os títulos pré-fixados, por sua vez, registraram uma participação de 10,9% do total, em junho de 2001.

A dívida líquida do setor público

A dívida líquida do setor público – excluindo base monetária – foi de 47,8% do PIB em junho de 2001, um valor superior aos 45,1% do PIB registrados em 2000 – ver Tabela 4.4.

TABELA 4.2
ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS
a preços de junho de 2001

Ano	Arrecadação (R\$ milhões)			Variação (%)		
	Mai	Jun	Jan/Jun	Jun01/ Mai01	Jun01/ Jun/00	Jan/Jun01/ Jan/Jun00
2000	14704	15156	94201	-	-	-
2001	16205	15834	96628	-2,3	4,5	2,6

Fonte: Secretaria da Receita Federal.

TABELA 4.3
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS:
PARTICIPAÇÃO POR INDEXADOR (%)

Indexadores	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001(jun)
Câmbio	8,3	5,3	9,4	15,4	21,0	24,2	21,7	26,4
SELIC	16,0	37,8	18,6	34,8	69,1	61,1	52,4	50,8
Prefixados	40,2	42,7	61,0	40,9	3,5	9,2	15,3	10,9
IGP/IGP-M	12,5	5,3	1,8	0,3	0,4	2,4	5,9	7,0
Outros	23,0	8,9	9,2	8,6	6,0	3,1	4,7	4,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco Central.

TABELA 4.4
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - FIM
DE PERÍODO (% PIB) (1)

Composição	1996	1997	1998	1999	2000	2001 (jun)
<u>Dívida interna</u>	27,0	26,4	32,5	34,4	35,4	38,1
Governo Central	12,0	13,1	17,2	17,7	19,2	20,6
Gov. estaduais e municipais	11,1	12,4	14,0	15,5	15,3	16,6
Empresas estatais	3,9	0,9	1,3	1,2	0,9	0,9
<u>Dívida externa</u>	3,9	4,3	6,4	10,4	9,7	9,7
Governo Central	1,6	1,9	4,3	8,0	7,5	7,3
Gov. estaduais e municipais	0,4	0,5	0,7	0,9	0,9	1,0
Empresas estatais	1,9	1,9	1,4	1,5	1,3	1,4
<u>Dívida total</u>	30,9	30,7	38,9	44,8	45,1	47,8
Governo Central	13,6	15,0	21,5	25,7	26,7	27,9
Gov. estaduais e municipais	11,5	12,9	14,7	16,4	16,2	17,6
Estados	n.d.	11,1	12,7	14,2	14,1	15,6
Municípios	n.d.	1,8	2,0	2,2	2,1	2,0
Empresas estatais	5,8	2,8	2,7	2,7	2,2	2,3
Federais	2,5	1,0	0,5	0,3	-0,4	-0,7
Estaduais	3,2	1,7	2,1	2,2	2,4	2,8
Municipais	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
Base monetária	2,4	3,6	4,4	4,6	4,2	3,5
Dívida total com base monetária	33,3	34,3	43,3	49,4	49,3	51,3

Fonte: Banco Central

Nota: (1) Exclui base monetária.

◆5 - Mercado Financeiro

Taxa Over/Selic atinge 19% ao ano

Na última reunião do Copom – realizada ao longo dos dias 17 e 18 de julho –, o Banco Central decidiu elevar a taxa Selic de 18,25% ao ano para 19,0% ao ano – ver Gráfico 5.1. Novamente, a decisão teve como principal motivação o potencial de repasse do aumento da cotação cambial para os preços finais, tendo em vista a continuidade de aumento da variação do núcleo da inflação – ver seção Inflação.

Além disso, o cenário externo prossegue apresentando um considerável grau de incerteza. A economia internacional ainda não demonstra sinais de retomada do crescimento.

Apesar das quedas progressivas das taxas de juros promovidas pelo FED, a economia dos EUA ainda não transmitiu sinais claros de que tenha abandonado definitivamente uma tendência recessiva. A primeira estimativa do Departamento do Comércio foi de um crescimento anualizado de 0,7% do PIB no segundo trimestre de 2001, abaixo do 1,2% projetado por analistas do mercado. De qualquer forma, a expectativa é que o FED volte a reduzir os juros em agosto – a taxa é de 3,75% ao ano, atualmente – e que isto possa significar um novo estímulo à retomada do crescimento. A Área do Euro também não mostra sinais claros de retomada do crescimento e o Japão permanece estagnado. A taxa de desemprego nos 12 países que compõem a zona do Euro manteve-se em 8,3% em junho, mesmo nível de maio, mas inferior à taxa de 8,9% registrada em igual mês de 2000.

A cotação do petróleo, apesar de vir apresentando uma tendência de queda nos últimos tempos ainda apresenta uma certa volatilidade – ver Gráfico 5.2.

Quanto à “crise” da Argentina, apesar da aprovação pelo senado do pacote de “déficit zero”, o panorama econômico ainda permanece marcado por um alto nível de incerteza.

No mercado futuro, as taxas de juros DI, anualizadas, projetadas para agosto, setembro e outubro de 2001 fecharam, em 31/07, em 20,95%, 22,52% e 23,51%, respectivamente.

A evolução do spread de risco

O spread médio de risco soberano do Brasil (Par bond) – pontos básicos sobre o bônus do Tesouro dos EUA de características semelhantes – apresentou um aumento em julho, passando de 979 para 1093 – ver Gráfico 5.3 e Tabela 5.1.

O Mercado de Câmbio

No dia 31/07, a cotação da Ptax (venda) foi de R\$ 2,4313, ante os R\$ 2,3049 registrados no final do mês de junho, o que representou um aumento de 5,5% no mês – ver Gráfico 5.4. Com este resultado, a desvalorização nominal do Real acumulada no ano até julho foi de cerca de 24%. Os contratos de US\$ futuro com fechamento em primeiro de setembro e outubro tiveram, em 31/07, uma cotação de R\$ 2,4897 e R\$ 2,5250, respectivamente.

GRÁFICO 5.1
TAXA SELIC (%)

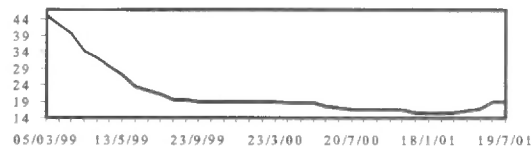


GRÁFICO 5.2
PREÇO DA CESTA DE PETRÓLEO

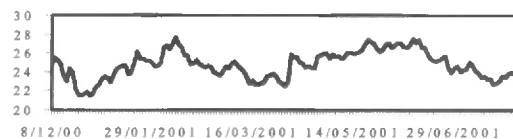


GRÁFICO 5.3
SPREAD DE RISCO SOBERANO

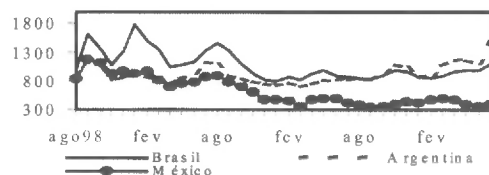


GRÁFICO 5.4
Ptax VENDA

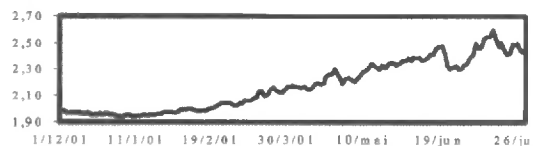


TABELA 5.1
SPREAD DE RISCO SOBERANO

Mês	Médias Mensais: Par-bond			
	Brasil	Argentina	México	
1999	1233	901	769	
2000	895	857	423	
jan/00	802	745	474	
fev/00	880	784	462	
mar/00	818	715	365	
abr/00	937	757	477	
mai/00	991	813	500	
jun/00	898	841	493	
jul/00	874	838	412	
ago/00	853	854	376	
set/00	834	840	335	
out/00	906	957	366	
nov/00	986	1098	391	
dez/00	959	1045	431	
jan/01	875	891	421	
fev/01	848	901	479	
mar/01	895	1075	487	
abr/01	966	1181	464	
mai/01	991	1181	392	
jun/01	979	1129	348	
ju/01	1093	1552	387	

◆6 - Setor Externo

A balança comercial tem superávit

A balança comercial registrou em julho um superávit de US\$ 108 milhões, ante um superávit de US\$ 116 milhões observado em igual mês do ano anterior. As exportações totalizaram US\$ 4,965 bilhões (US\$ 222,5 milhões na média diária) e as importações, US\$ 4,857 bilhões (US\$ 220,8 milhões na média diária).

Este resultado apontou para uma desaceleração tanto das exportações quanto das importações. Em relação a igual mês do ano 2000, as exportações apresentaram uma redução de 0,8%, e as importações, uma queda de 0,6%.

No acumulado em 12 meses até julho, as exportações registraram um crescimento de 9,9%, e as importações, uma expansão de 13,3%, taxas menores do que as observadas no mês de junho - ver Gráfico 6.1

Com este resultado, nos sete primeiros meses do ano de 2001, a balança comercial acumulou um pequeno superávit de US\$ 38 milhões, contra um superávit de US\$ 900 milhões registrado em igual período de 2000.

A balança comercial desagregada no primeiro semestre de 2001

No período de janeiro a junho, a balança comercial brasileira registrou um déficit de US\$ 70 milhões, ante um superávit de US\$ 784 milhões em igual período de 2000.

As exportações, no primeiro semestre deste ano, contra o mesmo período de 2000, apresentaram um crescimento de 10,6% e as importações, uma expansão de 14,3% no período - ver Tabelas 6.1 e 6.2. No primeiro semestre de 2001, as vendas externas de produtos básicos destacaram-se, apresentando um crescimento de 24,6% no período. A tendência de aceleração do crescimento destas exportações é visível quando se considera o crescimento acumulado em 12 meses: este passou de uma taxa de 6% em dezembro, para 16% em junho. Entretanto,

este movimento tem sido acompanhado pela desaceleração do aumento das exportações de manufaturados, que de uma taxa de variação em 12 meses de 19% em dezembro, caiu para 12% em junho.

No que diz respeito às importações, o crescimento acumulado no primeiro semestre de 2001 foi liderado pelo crescimento das compras externas de bens de capital. De janeiro a junho, as importações de bens de capital cresceram 25,6%, ante igual período de 2001 - ver Tabela 6.2 novamente.

GRÁFICO 6.1
VARIAÇÃO DO ACUMULADO EM 12 MESES (%)

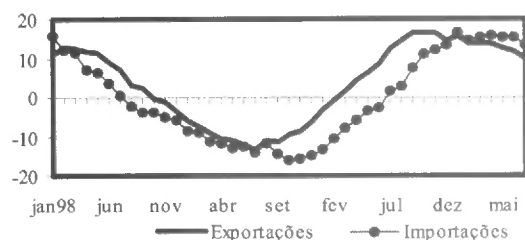


TABELA 6.1
EXPORTAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO
EM US\$ MILHÕES FOB

Itens	Jan-Jun		Var. %
	2001	2000	
Básicos	7.428	5.962	24,6
Industrializados	20.530	19.457	5,5
Semimanufaturados	3.932	4.056	-3,1
Manufaturados	16.598	15.401	7,8
Ops. Especiais	966	734	31,6
Total	28.923	26.153	10,6

Fonte: Secex.

TABELA 6.2
IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO
EM US\$ MILHÕES FOB

Itens	Jan-Jun		Var. %
	2001	2000	
Mat. primas e bens interm.	14.560	13.354	9,0
Combust. e lubrificantes	3.018	2.659	13,5
Bens de capital	7.710	6.137	25,6
Bens de consumo	3709	3218	15,3
Não-duráveis	1.791	1.816	-1,4
Automóveis	817	410	99,3
Outros duráveis	1.100	991	11,0
Total	28.996	25.369	14,3

Fonte: Secex.

◆7 - Operações do BNDES e FINAME

A evolução das operações

O valor dos desembolsos de recursos do BNDES registrou um crescimento real de 38% no acumulado em 12 meses até junho de 2001 - ver Gráficos da página seguinte. Os desembolsos da FINAME, por sua vez, registraram uma expansão real de 81%, no período.

O valor das aprovações do BNDES aumentou 47% em termos reais no acumulado em 12 meses até junho de 2001. O valor das aprovações da FINAME, por sua vez, apresentou uma expansão real de 83% no período - ver Gráficos da página seguinte.

O valor das consultas - pedidos de financiamento - do BNDES registrou uma queda real de 15% no acumulado em 12 meses até junho. No que diz respeito à FINAME, o valor das consultas apresentou uma expansão real de 8% no período.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do BNDES

Os desembolsos do Sistema BNDES registraram o montante de R\$ 10,8 bilhões no acumulado no ano até junho de 2001, ante os R\$ 7,6 bilhões registrados em igual período de 2000, ambos a preços de junho de 2001 - ver Tabela 7.1. A BNDESPAR apresentou uma expansão real de 178% de seus desembolsos no período. A FINAME registrou um crescimento de 62% de seus desembolsos. O BNDES, por sua vez, apresentou um aumento real de 22% dos desembolsos no período. Este resultado decorreu principalmente do desempenho das operações indiretas, que registraram uma expansão real de 41% de suas liberações. As operações diretas, por sua vez, apresentaram uma pequena expansão real de 1% de seus desembolsos no primeiro semestre de 2001, ante igual período de 2000.

A distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 1999 pode ser observada na Tabela 7.2. No primeiro semestre de 2001, os destaques foram a indústria de transformação e a agropecuária, com crescimento real de 62% e 41%, respectivamente, de seus desembolsos. O setor de infra-estrutura, por sua vez, apresentou uma expansão real de 17%. Finalmente, o setor de serviços apresentou uma redução real de 23% de seus desembolsos. No período janeiro/junho de 2001, as liberações para a indústria de transformação registraram a maior participação - de 61% - no total desembolsado - ver Tabela 7.3.

TABELA 7.1
DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)

Itens	Em R\$ milhões		
	2001	2000	Var. %
BNDES	5.553	4.559	22
Op. Diretas	2.208	2.186	1
Op. Indiretas	3.345	2.373	41
FINAME	4.388	2.703	62
BNDESPAR	815	293	178
Total	10.756	7.555	42

Fonte: AP/DEPLAN.

Nota: (1) Valores acumulados até junho de cada ano, a preços de junho 2001 - deflator IGP-DI.

TABELA 7.2
TX. DE CRESC. REAL ACUMULADA ATÉ O MÊS (1)
DESEMBOLSOS

Meses	Em %				
	AGROP.	IND. TRANSF.	INFRA-ESTRUTURA	SERVIÇOS	TOTAL
jan99	46	-13	-62	25	-19
fev	-25	12	-67	-11	-24
mar	37	6	-31	3	-9
abr	31	8	-59	-4	-27
mai	32	5	-57	-2	-25
jun	32	11	-57	-15	-25
jul	28	8	-61	-17	-27
ago	31	1	-59	-21	-29
set	13	-5	-58	-23	-31
out	9	-2	-55	-22	-28
nov	-2	-5	-47	-17	-25
dez	-5	0	-30	-17	-16
jan00	-2	-26	72	-5	-8
fev	2	-25	21	32	-11
mar	-14	-9	-29	1	-15
abr	-9	-15	-30	11	-17
mai	0	-15	-48	11	-16
jun	8	-20	-34	14	-19
jul	10	-17	27	-8	-1
ago	14	-17	14	18	-3
set	20	-16	8	18	-4
out	25	0	1	11	3
nov	21	10	20	11	14
dez	30	10	15	9	12
jan/01	66	129	-44	-15	44
fev	53	64	-38	-35	23
mar	61	80	-26	-15	42
abr	56	76	-21	-17	39
mai	43	79	20	-21	41
jun	41	62	17	-23	42

Fonte: AP/DEPLAN.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3
DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)

Setores	Em R\$ milhões			
	2000	2001	Var. %	Part % 2001
TOTAL	7555	10756	42	100,0
AGROPECUÁRIA	840	1184	41	11,0
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	4033	6525	62	60,7
METALURGIA	1064	1151	8	10,7
MECÂNICA	223	556	149	5,2
MATERIAL DE TRANSPORTE	1340	2356	76	21,9
CELULOSE E PAPEL	79	556	607	5,2
QUÍMICA, P.F., PERF. S. E VELAS	178	214	20	2,0
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	563	896	59	8,3
OUTRAS	586	797	36	7,4
INFRA-ESTRUTURA	1691	1978	17	18,4
SERVIÇOS	929	718	-23	6,7
OUTROS	63	351	458	3,3

Fonte: AP/DEPLAN.

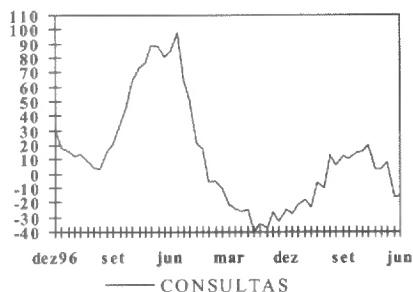
Nota: (1) Valores acumulados até junho de cada ano, a preços de junho de 2001 - deflator IGP-DI.

◆ Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

(Acumulado 12 meses até o último mês *vis-à-vis* acumulado 12 meses até o mesmo mês do ano anterior.)

SISTEMA BNDES(1)

GRÁFICO 7.1



Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.
Elaboração : AP/DEPEC/GESTE 2 e 3.

Notas: (1)) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR.
Deflator: IGP-DI.

FINAME

GRÁFICO 7.2

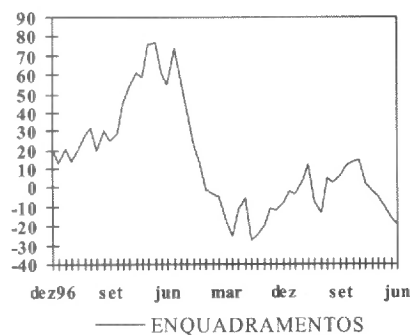


GRÁFICO 7.3

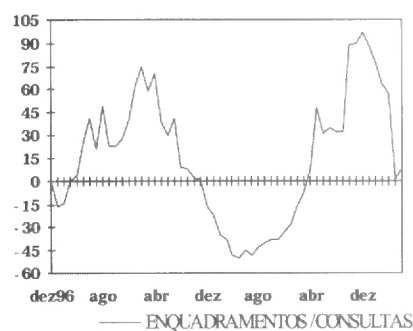


GRÁFICO 7.4

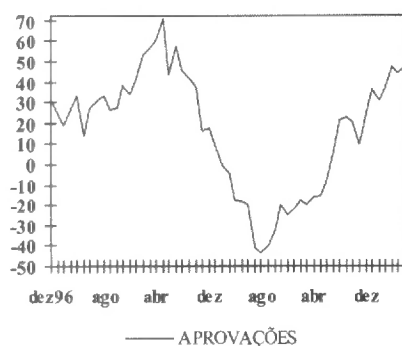


GRÁFICO 7.5

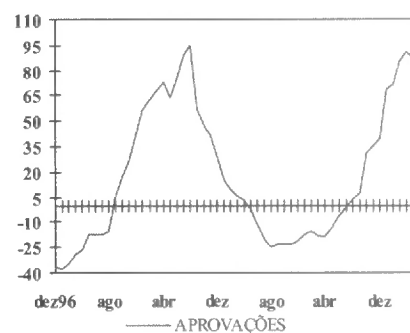


GRÁFICO 7.6

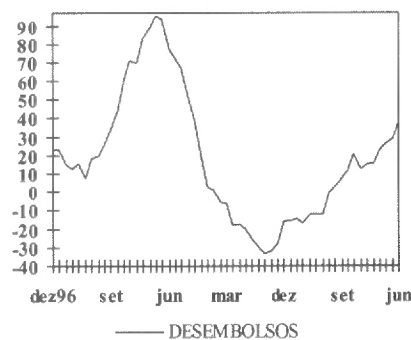
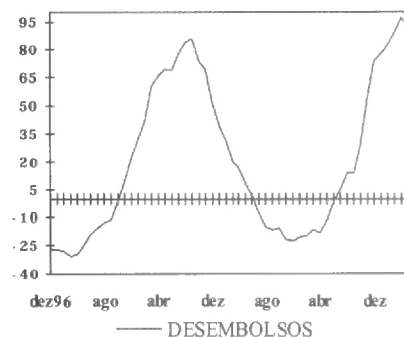


GRÁFICO 7.7



◆8 - Anexo Estatístico

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DOS INDICADORES

	IGP-M / FGV			Dólar Comercial (var.%) (1)			UMBNDDES (2)		
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses
jan/00	1,24	1,24	20,58	0,75	0,75	-9,12	-0,62	-0,62	-9,00
fev	0,35	1,59	16,78	-1,88	-1,14	-14,35	-2,53	-3,13	-15,55
mar	0,15	1,75	13,74	-1,20	-2,33	1,47	-0,28	-3,41	1,36
abr	0,23	1,98	13,20	3,40	0,99	8,79	1,51	-1,95	7,39
mai	0,31	2,30	13,88	1,10	2,10	5,95	1,61	-0,37	5,78
jun	0,85	3,17	14,44	-1,46	0,61	1,72	-0,86	-1,23	2,26
jul	1,57	4,79	14,46	-1,40	-0,80	-0,81	-2,42	-3,62	-2,99
ago	2,39	7,29	15,39	2,74	1,92	-4,83	2,50	-1,21	-7,72
set	1,16	8,54	15,06	1,11	3,05	-4,09	0,75	-0,47	-8,07
out	0,38	8,95	13,57	3,54	6,70	-2,25	2,90	2,41	-6,95
nov	0,29	9,26	11,24	2,65	9,53	1,92	2,75	5,23	-2,21
dez	0,63	9,95	9,95	-0,21	8,48	9,30	-0,01	5,22	5,22
jan/01	0,62	0,62	9,28	0,80	0,80	9,35	0,47	0,47	6,38
fev	0,23	0,85	9,15	3,76	4,59	15,64	3,49	3,98	12,95
mar	0,56	1,42	9,59	5,69	10,54	23,70	3,90	8,03	17,66
abr	1,00	2,43	10,44	1,07	11,72	20,92	1,51	9,66	17,66
mai	0,86	3,31	11,04	8,02	20,68	29,19	8,21	18,67	25,33
jun	0,98	4,32	11,19	-2,33	17,87	28,05	-2,98	15,13	22,64
jul	1,48	5,87	11,09	5,48	24,33	36,99	5,66	21,64	32,79

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Variação cambial da cesta de moedas do BNDES (UMBNDDES).

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB (1)								FBCF		NFSP (% PIB)				Exportações		Importações		B. Comercial		Saldo em C. Corrente	
	TOTAL		IND(2)		AGR		SERV		(% do PIB)		Primário		Nominal		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Chase	1,7	-	4,2	-	-	-	-	-	-	-	-3,9	-	7,0	-	58,0	-	59,0	-	-1,0	-	-26,8	-
Garantia	2,5	2,5	2,3	2,4	3,2	3,4	2,4	2,3	-	-	-3,5	-3,5	6,0	5,5	56,8	60,8	59,0	61,3	-2,2	-0,5	-28,7	-27,1
JP Morgan	1,7	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,0	5,0	58,0	65,1	59,0	62,0	-1,0	3,1	-26,8	-25,3
Macrométrica	1,7	2,3	0,9	1,7	2,4	2,6	2,2	2,6	17,4	17,4	-3,9	-3,5	5,0	4,7	58,5	63,1	57,3	58,6	1,2	4,5	-22,7	-19,1
MCM Consultores	1,7	3,5	0,5	4,9	4,1	2,5	1,4	2,6	20,0	21,2	-3,0	-3,0	-	-	60,4	65,4	59,4	63,3	1,0	2,1	-23,8	-24,4
Rosemberg	1,5	0,3	0,3	-1,6	4,8	4,2	1,9	1,0	-	-	-3,3	-3,3	-	-	59,0	64,0	60,0	59,0	-1,0	5,0	-27,0	-23,5
Tendências	2,0	3,2	0,2	3,1	4,2	3,6	2,7	3,0	19,5	20,0	-3,0	-	4,5	-	62,0	62,5	61,5	62,8	0,5	-0,3	-25,5	-25,5
Fator	1,6	4,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-1,1	0,9	-27,8	-29,6
MÉDIA	1,8	2,6	1,4	2,1	3,7	3,3	2,1	2,3	19,0	19,5	-3,4	-3,3	5,9	5,1	59,0	63,5	59,3	61,2	-0,5	2,1	-26,1	-24,9

Notas:

(1) Variação percentual.

(2) Exclusive Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	IPC-FIPE				IGP-M			
	ago	set	out	2001	ago	set	out	2001
Garantia	-	-	-	6,00	-	-	-	-
Macrométrica	0,60	0,69	0,77	-	1,13	0,84	0,90	-
MCM Consultores	1,05	0,70	-	6,50	0,90	0,45	-	8,60
Rosemberg	1,30	0,50	0,20	6,50	1,20	0,90	0,60	9,80
Tendências	1,10	0,30	0,30	5,80	0,80	0,60	0,40	8,80
Fator	1,35	-	-	6,50	1,25	-	-	10,00
Média	1,08	0,55	0,42	6,26	1,06	0,70	0,63	9,30

ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços(%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R\$/US\$		
	IPCA	IPC (FIPE)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
jan/00	0,62	0,57	1,24	1,02	1,02	0,98	0,21	1,80	1,80	1,95
fevereiro	0,13	-0,23	0,35	0,19	0,17	0,74	0,23	1,78	1,77	1,88
março	0,22	0,23	0,15	0,18	-0,05	0,60	0,22	1,74	1,75	1,88
abril	0,42	0,09	0,23	0,13	-0,02	0,32	0,13	1,77	1,81	1,87
maio	0,01	0,03	0,31	0,67	0,69	0,72	0,25	1,83	1,83	1,92
junho	0,23	0,18	0,85	0,93	1,45	0,64	0,21	1,81	1,80	1,93
julho	1,61	1,40	1,57	2,26	2,79	2,48	0,12	1,80	1,77	1,93
agosto	1,31	1,55	2,39	1,82	2,56	1,70	0,20	1,81	1,82	1,94
setembro	0,23	0,27	1,16	0,69	1,09	0,67	0,10	1,84	1,84	1,99
outubro	0,14	0,01	0,38	0,37	0,56	0,45	0,13	1,88	1,91	2,02
novembro	0,32	-0,05	0,29	0,39	0,38	0,57	0,12	1,95	1,96	2,07
dezembro	0,59	0,26	0,63	0,76	0,85	1,15	0,10	1,96	1,96	2,18
Acum. Ano	5,97	4,38	9,95	9,80	12,06	11,57	2,07	-	-	-
jan/01	0,57	0,38	0,62	0,49	0,40	0,78	0,14	1,95	1,97	2,14
fevereiro	0,46	0,11	0,23	0,34	0,31	0,31	0,04	2,00	2,05	2,14
março	0,38	0,51	0,56	0,80	1,01	0,27	0,17	2,09	2,16	2,21
abril	0,48	0,61	1,00	1,13	1,39	0,48	0,15	2,19	2,18	2,25
maio	0,41	0,17	0,86	0,44	0,18	0,49	0,18	2,30	2,36	2,55
junho	0,52	0,85	0,98	1,46	1,96	1,59	0,15	2,38	2,30	2,52
julho	-	-	1,48	-	-	-	0,24	2,47	2,43	2,59
Acum. Ano	2,85	2,66	5,87	4,75	5,35	3,98	1,07	-	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) (1)

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/00	-5,28	-0,51	0,22	-2,40	-1,22	-0,48	-0,03
fev	7,38	0,38	1,10	1,03	-3,93	-2,22	0,85
mar	0,75	0,57	1,30	-5,37	-0,15	-1,35	0,87
abr	-13,01	0,40	1,06	5,09	-0,76	3,16	0,82
mai	-4,03	0,44	1,19	0,59	2,36	0,79	0,86
jun	10,90	-0,14	0,53	2,96	-0,33	-2,29	0,20
jul	-3,16	-0,93	-0,26	-3,11	-1,55	-2,93	-0,47
ago	2,96	-1,64	-0,96	-1,32	-1,82	0,34	-1,34
set	-9,23	-0,55	0,07	-1,14	1,40	-0,04	-0,23
out	-7,02	0,25	0,90	-1,24	1,12	3,15	0,58
nov	-10,88	0,33	0,93	2,18	2,18	2,36	0,66
dez	14,12	-0,03	0,56	-0,52	4,65	-0,84	0,34
Acum. no ano	-18,80	-1,45	6,82	-3,63	1,67	-0,59	3,13
jan/01	15,10	0,02	0,64	-2,85	-2,44	0,18	0,38
fev	-10,28	0,31	0,79	2,35	-0,23	3,52	0,74
mar	-9,65	0,11	0,69	0,83	2,69	5,10	0,39
abr	2,29	-0,34	0,19	2,89	0,80	0,07	0,04
mai	-2,64	-0,18	0,47	11,21	12,36	7,10	0,27
jun	-1,58	-0,33	0,29	-1,44	-2,14	-3,28	0,11
jul	-6,91	-0,73	0,01	-1,46	1,28	3,94	-0,28
Acum. no ano	-14,87	-1,14	3,12	11,42	12,20	17,44	1,66

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

CUSTO DO CRÉDITO (1)

Mês	TJLP	LIBOR(2) (6 meses)	Capital de Giro pré fixado(2)	Res. 63(3)	Desconto de duplicatas(4)	Export notes(3)	ACC(3)	Repasse do BNDES(5)	
								BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola
jan00	12,00	6,17	49,07	11,93	3,84	15,72	10,05	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	6,29	46,32	13,02	3,61	14,31	10,30	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	6,53	46,73	11,56	3,68	9,18	9,82	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	11,00	6,51	43,43	11,66	3,52	8,87	9,61	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	6,98	43,64	11,77	3,58	9,85	9,60	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	6,92	34,39	11,78	3,25	10,87	10,44	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	10,25	6,87	33,07	9,59	3,10	9,97	10,05	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	6,83	35,99	10,04	3,41	9,07	8,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	-	6,70	30,42	9,32	2,92	9,01	9,23	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	9,75	6,67	32,24	12,08	3,12	10,81	9,14	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	6,64	30,91	10,09	2,94	9,36	9,36	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	-	6,31	30,73	10,47	2,97	11,74	8,98	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jan01	9,25	5,45	32,90	8,82	3,10	10,26	8,19	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	5,15	27,52	8,05	2,65	14,75	7,27	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	4,75	32,60	8,41	3,11	-	7,20	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	9,25	4,42	31,72	9,09	3,02	15,93	7,04	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	3,99	35,82	22,02	3,32	16,46	7,12	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	3,94	32,06	14,78	3,03	20,43	6,63	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul(6)	9,50	3,73	36,19	9,68	3,53	19,95	6,85	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) % ao ano + TJLP. A partir de agosto de 1997: % ao ano + TJLP + spread de risco do agente financeiro. (6) Capital de giro, Res.63, export notes, ACC e desconto de duplicatas: valores referentes a 17/07/01.